

RESENHA

REIMÃO, Sandra (Org.). *Livros e subversão. Seis estudos*. Cotia/São Paulo, Ateliê/Fapesp, 2016.

Prof. Dr. Maurício Silva  
Universidade Nove de Julho  
maurisol@gmail.com

Ao lado de estudos consagrados à análise de obras – literárias ou não – versando sobre os mais diversos temas e a partir das mais variadas perspectivas, são cada vez mais comuns abordagens acadêmicas acerca da dinâmica editorial brasileira, em épocas tão distintas quanto a contemporaneidade e o período colonial.

Com *Livros e subversão. Seis estudos*, a professora da Universidade de São Paulo e estudiosa do período ditatorial brasileiro Sandra Reimão, juntamente com outros pesquisadores, oferece uma inestimável contribuição para a compreensão desse tema durante a ditadura brasileira, reunindo, como sugere o título, seis ensaios acerca da tensa relação entre o poder ditatorial no período de 1964 a 1985 e os livros escritos e publicados nesta mesma época, numa abordagem que trata da vasta rede de atuação de muitos daqueles que estavam direta ou indiretamente associados ao universo editorial (livreiros, editores, escritores e outros).

Em “‘Zueno, Zoany, Zwenir’: rastros da vigilância ao jornalista Zuenir Ventura durante a ditadura militar”, Felipe Quintino, por exemplo, aborda a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI), no sentido de integrar um sistema repressivo que atingia diversos jornalistas, como é o caso de Zuenir Ventura. Zuenir (seu nome foi grafado de maneiras diferentes nos arquivos do Dops: Zoany, Zueno, Zoenir, Zwenir e Zuenir), que respondeu pela posse de livros considerados subversivos, foi preso em 1968, seu nome aparecendo em relatórios anônimos que tratavam da “infiltração comunista” na imprensa brasileira. Outros estudos são dedicados a perseguidos pela ditadura pelo fato de terem em posse livros considerados subversivos, como é o caso de Francisco Gomes, membro da ALN, cujo auto de busca e apreensão é analisado por Ana Caroline Castro, em “Livros como prova de subversão: um processo judicial”. Segundo a pesquisadora, Francisco Gomes foi acusado



## AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGUÍSTICA

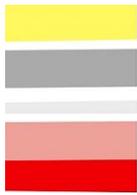
de possuir livros de *literatura comunista*, tipo de publicação que, comumente, durante o regime militar, serviu de provas para incriminar suspeitos.

Analisando não propriamente pessoas físicas, mas as editoras e suas publicações, bem como sua linha editorial, há o estudo de Flamarion Maués (“Do erótico ao político: a trajetória da Global Editora na década de 1970”), que analisa as origens e os primeiros anos da Global Editora, que, a partir de 1977, passa a ter um perfil político, logo transformando-se numa importante editora de oposição à ditadura (antes, ela se voltava para obras de caráter popular). O autor lembra que, ainda na sua primeira fase, a editora possuía em seu catálogo duas autoras bastante perseguidas pela ditadura (Adelaide Carraro e Cassandra Rios); outro autor perseguido, a mesma editora, era Plínio Marcos (sobretudo com *Abajur Lilás*, proibido e recolhido pela Polícia Federal), todos eles censurados, em geral, por questões morais. A partir da entrada de José Carlos Venâncio como funcionário da empresa, a editora passou a publicar mais livros políticos e de esquerda, em coleções como *Bases*, *Passado & Presente*, *Singular & Plural* e *Cadernos de Educação Popular*, entre outras. A partir de então, a censura se dava principalmente por questões políticas, uma vez que a editora se opunha frontalmente, com seus títulos, à ditadura.

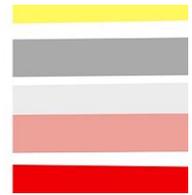
Outra editora perseguida pela ditadura, objeto de estudo no livro em tela, foi a niteroiense Diálogo Livraria e Editora, abordada por Sandra Reimão, Flamarion Maués e João Elias Nery, em “Uma edição perigosa: a publicação de *O Estado e a Revolução*, de Lenin, às vésperas do AI-5”. Buscando recuperar alguns dados sobre a publicação do referido livro de Lenin, em 1968, os pesquisadores discutem a caracterização da Diálogo como editora de oposição, revelando como sua perseguição, a partir da publicação do livro de Lenin, tanto pela polícia quanto por agentes paramilitares foi responsável por colocar um fim ao projeto de engajamento da Diálogo, que passa, a partir de 1969, a publicar livros didáticos e técnicos.

Tratando não especificamente de uma editora, mas de um periódico publicado por uma editora, Andréa Lemos analisa – em “*Revista Civilização Brasileira*: resistência cultural à ditadura” – essa conhecida revista, publicada por Ênio Silveira. Congregando boa parte da intelectualidade brasileira, a *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968), que adotaria, mais tarde, o nome *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978-1982), fora criada como um espaço para proposições anti-imperialistas e luta pelo socialismo, baseando-se no princípio de defesa da liberdade. Nesse sentido, manteve sempre uma oposição à ditadura, sendo, por isso mesmo, proibida de circular em 1968, com o AI-5. Destinada a um público “específico” (era vendida principalmente em livrarias, custava três vezes mais que sua símile *Cadernos do*

RESENHA



## AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGUÍSTICA



*Povo Brasileiro*), tratava-se de uma publicação acadêmica, mas fora da universidade, buscando incentivar a discussão e o debate sobre os acontecimentos atuais no Brasil.

Finalmente, há um último estudo (“‘Quem muda o mundo são as pessoas’ – a banca de cultura do Crusp”) - também escrito por Sandra Reimão, Flamarion Maués e João Elias Nery - que trata, diferentemente de todos os anteriormente citados, da Banca de Cultura (1967-1968), sediada no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp), fechada após a ocupação do referido conjunto pelos militares, por publicar e comercializar livros supostamente subversivos.

Com este livro organizado por Sandra Reimão assistimos a mais um capítulo do conturbado e tenso relacionamento entre o poder ditatorial instituído no Brasil na década de 60 e a então intensa produção cultural e intelectual que sofreu, de modo nunca antes visto, um regime de perseguição e censura que perdurou por mais de vinte anos.

**Recebido em: 29 de junho de 2018.**  
**Aprovado em: 6 de julho de 2018.**